



SÃO PAULO TURISMO S.A.
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2007



Cód 02 – Advogado

1. Sobre os direitos e garantias fundamentais, considere as seguintes afirmações:

- I. Os direitos são bens e vantagens conferidos pela norma.
- II. As garantias constitucionais gerais não se inserem no mecanismo de freios e contrapesos dos poderes.
- III. As garantias nem sempre são os meios destinados a fazer valer os direitos constitucionais.
- IV. A garantia de que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada refere-se ao direito subjetivo à estabilidade dos negócios jurídicos.

Estão corretas SOMENTE as afirmações:

- A) III e IV.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I e IV.

2. São princípios fundamentais da República Federativa do Brasil:

- A) o desenvolvimento nacional, a soberania, o pluralismo político e a cidadania.
- B) uma sociedade solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e a promoção do bem de todos.
- C) a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a soberania, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- D) a cidadania, a soberania, a dignidade da pessoa humana, o desenvolvimento nacional e o pluralismo político.

3. Acerca da administração pública, é incorreto afirmar que:

- A) todos os municípios, inclusive os de tamanho pequeno e médio, necessitam manter estruturas de secretarias como órgãos de sua administração superior.
- B) os estados, o Distrito Federal e os municípios possuem autonomia para estabelecerem os órgãos de seus governos na forma que lhes parecer mais conveniente ao desempenho dos encargos que lhes cabem na partilha de competências federativas.
- C) os Conselhos são organismos públicos destinados ao assessoramento de alto nível e de orientação e até de deliberação em determinado campo de atuação governamental.
- D) a região metropolitana constitui-se de um conjunto de municípios cujas sedes se unem com certa continuidade urbana em torno de um município-pólo.

4. A concessão de medida liminar em mandado de segurança, quando necessária para evitar o perecimento do direito pleiteado:

- A) pode ser suprimida da legislação ordinária, pois não está prevista na Constituição Federal.
- B) não pode ser suprimida da legislação ordinária, por ser essencial à eficácia da garantia constitucional do mandado de segurança.
- C) é matéria que fica ao livre arbítrio do juiz competente.
- D) é incompatível com o sistema jurídico, pois ofende o princípio do contraditório.

5. Assinale a alternativa correta.

- A) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento.
- B) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será permitida quando decorrer de imperativo de segurança nacional.
- C) A defesa do meio ambiente não admite tratamento diferenciado, mesmo se decorrente do impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- D) É sempre assegurado aos particulares o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos.

6. Diretor de sociedade de economia mista da qual o município participa pratica ato lesivo ao patrimônio da empresa. A anulação do ato pode ser pleiteada:
- A) em ação popular proposta por qualquer pessoa residente no país.
 - B) em mandado de segurança impetrado por qualquer pessoa residente no município.
 - C) em ação popular por qualquer cidadão.
 - D) apenas pelos que foram prejudicados pelo ato.
7. Acerca dos direitos do consumidor, assinale a alternativa incorreta.
- A) A Constituição Federal elevou a defesa do consumidor à condição de princípio da ordem econômica.
 - B) O Estado pode se confundir com os grupos organizados para a produção e circulação de riquezas, porquanto não lhe cabe decidir segundo o bem comum, o qual se identifica com o interesse geral dos consumidores.
 - C) Ao tratar das limitações do poder de tributar, estabelece a Constituição Federal que os consumidores devem ser esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
 - D) Estão inseridos nos direitos denominados de terceira geração.
8. Assinale a alternativa correta.
- A) são objetivos constitucionais da seguridade social assegurar os direitos a saúde, previdência e assistência social.
 - B) a Constituição Federal arrola o direito à previdência social entre os direitos individuais.
 - C) são direitos exclusivos dos trabalhadores urbanos o fundo de garantia do tempo de serviço e o salário-família para seus dependentes.
 - D) são direitos exclusivos dos trabalhadores rurais a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e garantia de salário nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
9. Sob o ponto de vista doutrinário e considerando o fim imediato a que se destinam e o objetivo que encerram, licenças, regulamentos, circulares e certidões são espécies de atos administrativos, classificados, respectivamente, como:
- A) negociais, normativos, enunciativos e ordinatórios.
 - B) negociais, enunciativos, ordinatórios e normativos.
 - C) negociais, normativos, ordinatórios e enunciativos.
 - D) ordinatórios, normativos, enunciativos e negociais.
10. Considera-se cláusula exorbitante, típica do contrato administrativo, exceto:
- A) aplicação de penalidades sem a necessidade de acionar-se o Poder Judiciário.
 - B) alteração unilateral do contrato pelo Poder Público.
 - C) retomada do objeto por ato da administração.
 - D) plena adoção da cláusula de exceção do contrato não cumprido.
11. Assinale a alternativa correta.
- A) Em seu conjunto material, o direito administrativo manifesta-se exclusivamente no Poder Executivo.
 - B) O conjunto de órgãos e entidades integrantes da administração é compreendido no conceito funcional de direito administrativo.
 - C) O direito administrativo, em seu sentido objetivo, não se manifesta no Poder Legislativo.
 - D) O direito administrativo, materialmente, expressa uma das funções tripartites do Estado.
12. O Estado, por seus procuradores, pode insistir em apresentar recursos judiciais meramente procrastinatórios. A afirmação é:
- A) verdadeira, pois reflete o atendimento ao interesse público primário, eis que o Estado não pode abrir mão do seu direito de ação.
 - B) verdadeira, pois é fruto do princípio da disponibilidade do interesse público primário.
 - C) falsa, pois mesmo que atenda ao interesse público secundário, não atende ao primário.
 - D) falsa, pois afronta o interesse público secundário.

13. Acerca do instituto licitação, considere as seguintes afirmações.

- I. A isonomia e a concorrência são princípios do instituto da licitação que ficam na dependência da conveniência e oportunidade da administração.
- II. Na hipótese de haver apenas um participante em uma licitação pública, a administração poderá torná-la sem efeito e realizar outra.
- III. O que caracteriza a modalidade pregão, diferenciando-a das demais modalidades, é somente a inversão das fases: primeiro classifica-se o licitante, para depois habilitá-lo.
- IV. A fase de adjudicação subsequente a de homologação é que torna possível ao vencedor pleitear direitos junto à administração, caso não seja convocado a assinar o instrumento contratual.

Estão corretas SOMENTE as afirmações:

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e II.
- D) I, II e IV.

14. A transferência da execução de determinado serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado, conservando o Poder Público a titularidade do serviço, é chamada de descentralização:

- A) por serviços.
- B) funcional.
- C) técnica.
- D) por colaboração.

15. Assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta.

V – verdadeiro
F – falso

- () São condições efetivamente fixadas pela Constituição Federal para aquisição de estabilidade, três anos de efetivo exercício, após nomeação para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público.
- () A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei de iniciativa do Congresso Nacional assegurada revisão geral anual, na mesma data admitida a distinção de índices.
- () O estágio probatório, para servidores que ingressaram no serviço público antes e após a EC nº 19/98, será, respectivamente, de dois e três anos de efetivo exercício.
- () As funções de confiança serão necessariamente exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- () A responsabilidade civil do servidor público é dependente da responsabilidade penal.

- A) V, V, F, V, F.
- B) F, V, F, F, V.
- C) V, F, V, V, F.
- D) F, F, V, F, F.

16. Assinale a alternativa correta:

- A) todos os entes políticos podem ser sujeitos ativos de desapropriação por utilidade pública.
- B) a requisição administrativa de bem imóvel fungível equivale à desapropriação, pois ambas dependem, para sua efetivação, de prévia autorização judicial.
- C) a restrição de todos os poderes inerentes ao domínio de um bem, efetivada pelo Poder Público, pode ser feita mediante tombamento.
- D) o tombamento de bem particular, por restringir o exercício dos atributos do direito de propriedade, gera sempre direito a indenização.

17. Em face da teoria objetiva da responsabilidade civil do Estado, este responde patrimonialmente pelo dano ocasionado:

- A) somente se ficar caracterizada a culpa do servidor causador do dano.
- B) sem culpa, porém, desde que haja o nexo de causalidade.
- C) se ficar caracterizada a culpa ou dolo do servidor causador do dano.
- D) sem culpa, porém, desde que haja o nexo de causalidade e intenção da prática do ato.

18. Quanto aos entes da Administração Indireta, não é correto afirmar que:
- A) a empresa pública depende, para a sua criação, de autorização legislativa, que deve ser específica, vedada a autorização genérica.
 - B) a qualificação como agência executiva pode recair tanto sobre entidade autárquica quanto fundacional, integrante da Administração Pública.
 - C) o patrimônio das autarquias destinadas à execução de serviço público é inalienável, impenhorável e imprescritível.
 - D) as fundações públicas, embora instituídas pelo Poder Público e por ele mantidas, extinguem-se pelo distrato.
19. Em face da teoria da aparência de direito, considere as afirmações abaixo:
- I. O Direito atribui valor jurídico a certos atos que, por si mesmo, não teriam possibilidade de gerar efeitos legais para proteger a boa-fé e o trato habitual dos negócios.
 - II. A teoria da aparência não se aplica às situações de herdeiro aparente e cobrador aparente.
 - III. Um contrato será válido ainda que contenha apenas uma assinatura, uma vez que se trata de ato praticado por titular aparente do direito.
 - IV. Dentre os requisitos da aparência destaca-se a impossibilidade da convalidação do ato, como medida de equidade e de tutela da fé pública.
- Estão corretas SOMENTE as afirmações:
- A) I e IV.
 - B) II e III.
 - C) I e III.
 - D) II, III e IV.
20. Assinale a alternativa incorreta:
- A) o credor não é obrigado a aceitar pagamento parcial.
 - B) imputar o pagamento é indicar o que se está pagando, no caso de dois ou mais débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, em favor de um só credor.
 - C) a obrigação somente pode ser extinta pelo pagamento.
 - D) a transação ocorre quando as partes fazem concessões recíprocas, para evitar ou terminar um litígio.
21. Relativamente aos contratos, é incorreto afirmar que:
- A) pode ocorrer um contrato consigo mesmo, mas apenas de forma aparente, quando a mesma pessoa intervém de um lado em nome próprio, e de outro como mandatário de outrem, ou como mandatário dos dois lados.
 - B) os contratos reais são os que se consideram formados por simples proposta e aceitação.
 - C) a validade do contrato exige acordo de vontades, agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, bem como forma prescrita ou não proibida.
 - D) são paritários os contratos em que as partes estão em pé de igualdade, escolhendo o contratante e debatendo livremente as cláusulas.
22. Acerca da culpa é correto afirmar que:
- A) se diferencia do dolo, pois decorre da infração consciente do dever preexistente.
 - B) não é critério para aferição da diligência exigível do agente e caracterização da culpa, a comparação de seu comportamento com o do homem ideal.
 - C) mede-se a indenização pelo grau de culpa e não pela extensão do dano.
 - D) a concepção clássica é a de que a vítima não tem de provar a culpa do agente para obter a reparação.
23. Quanto à responsabilidade civil, é falso afirmar que:
- A) na responsabilidade aquiliana, sobre o lesado não recai o ônus de provar culpa ou dolo do causador do dano.
 - B) via de regra a obrigação de indenizar assenta-se na prática de um ato ilícito.
 - C) diz-se ser subjetiva a responsabilidade quando se esteia na idéia de culpa.
 - D) todo inadimplemento presume-se culposos.

24. Assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta.

V – verdadeiro
F – falso

- () O consignatário se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável.
- () A venda com reserva de domínio é modalidade especial de venda de coisa móvel, em que o vendedor tem a própria coisa vendida como garantia do recebimento do preço.
- () O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis.
- () No contrato de empreitada, se o dono a recebe e paga o que lhe foi entregue, presume-se verificado e em ordem, não poderá, então, enjeitá-la, mesmo que o empreiteiro tenha-se afastado das instruções recebidas.

- A) F, F, V, F.
- B) V, V, V, F.
- C) F, V, V, F.
- D) V, F, F, F.

25. Sendo a competência a demarcação da área dentro da qual o juiz vai dizer o direito, considere as afirmações abaixo.

- I. A determinação da competência pode se dar pelo critério objetivo, territorial e funcional, segundo a escola de Chiovenda.
- II. Quando se trata de juízes de comarcas diferentes, a prevenção se estabelece com a citação válida, mas, tratando-se de juízes da mesma comarca, estabelece-se com o primeiro despacho.
- III. A incompetência relativa nunca pode ser declarada de ofício pelo juiz, já que compete ao réu levantar a questão, através de peça própria.
- IV. A competência é definida preferencialmente em favor da Justiça Federal, em razão da pessoa que participa do processo.

Estão corretas SOMENTE as afirmações:

- A) I, II e IV.
- B) II, III e IV.
- C) I e IV.
- D) I e III.

26. Assinale a alternativa incorreta.

- A) A capacidade de ser parte não se confunde com a capacidade processual, porquanto a primeira corresponde à capacidade de direito e a outra à capacidade de exercício.
- B) Se uma petição inicial não estiver subscrita pelo advogado, o magistrado poderá indeferi-la de pronto, porquanto a capacidade postulatória se qualifica como pressuposto de constituição do processo.
- C) Na intervenção voluntária, o ingresso do terceiro no processo ocorre por iniciativa sua, enquanto na forçada tal circunstância se origina da convocação de uma das partes da relação jurídico-processual.
- D) No litisconsórcio necessário unitário, além de a lei determinar a presença dos litisconsortes no processo, o pronunciamento judicial pode ser desigual para os mesmos.

27. A Lei nº 10.532, de 26.12.2001, excluiu da obrigatoriedade do reexame necessário ou recurso *ex officio*, as sentenças proferidas contra:

- A) autarquias federais, estaduais e municipais.
- B) sociedades de economia mista, empresas públicas e sobre anulação de casamento.
- C) sociedades de economia mista e empresas públicas.
- D) fundações de direito público.

28. No tocante aos recursos, não é correto afirmar que:

- A) os recursos especial e extraordinário assentam-se em matéria de direito, não se admitindo a arguição de matéria fática, conforme textualizado na Súmula 279 do STF.
- B) pela modificação contemplada no Código de Processo Civil no ano de 2002, o relator do agravo pode emprestar-lhe efeito suspensivo ou conceder tutela antecipada recursal.
- C) o Ministério Público não pode interpor recursos nos processos em que venha atuando como parte ou como mero fiscal da lei.
- D) conta-se em dobro o prazo recursal para a Fazenda Pública, o Ministério Público, o pobre na forma da lei (representado pelo defensor dativo) e os litisconsortes com diferentes procuradores.

29. Sobre a defesa do réu, é correto afirmar que:

- A) se a ação for proposta contra a Fazenda Pública, aplica-se a regra processual da contagem do prazo em quádruplo, o que não ocorre nas ações propostas contra o Ministério Público.
- B) é admitida em todas as espécies de procedimentos, como corolários do princípio do contraditório e da ampla defesa, embora se registre restrição ou mesmo vedação à admissão da reconvenção nos intitulados procedimentos concentrados, em respeito ao princípio da celeridade.
- C) a contestação e a reconvenção qualificam-se como principais manifestações do promovido, na qual alinham defesa direta e/ou defesa indireta.
- D) a contestação pode ser oralmente apresentada na realidade do rito sumaríssimo somente na abertura da audiência de tentativa de conciliação.

30. O depoimento pessoal não se confunde com o interrogatório feito pelo juiz, apresentando as seguintes diferenças, exceto:

- A) o depoimento pessoal é meio de prova, enquanto o interrogatório é meio de convencimento.
- B) no depoimento há pena de confissão, circunstância inexistente no interrogatório judicial.
- C) o depoimento pessoal é requerido pela parte e pelo juiz, enquanto o interrogatório é determinado de ofício pelo juiz.
- D) o depoimento pessoal é feito uma única vez na audiência de instrução, enquanto o interrogatório pode ser realizado a qualquer tempo, no curso do processo.

31. No que tange à ação rescisória, assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta.

V – verdadeiro
F – falso

- () A ação rescisória é um remédio processual que serve para desconstituir ou revogar acórdão ou sentença de mérito, transitado em julgado.
- () A lista de hipóteses indicada no Artigo 485 do Código de Processo Civil, em que o acórdão ou a sentença podem ser rescindidos, é taxativa, não podendo ser ampliada.
- () Não cabe rescisória nas sentenças dadas em jurisdição voluntária, por não haver, nestas, coisa julgada material.
- () Os atos judiciais que não dependem de sentença, ou em que esta for meramente homologatória, também podem ser desconstituídos por ação rescisória.

- A) V, V, V, F.
- B) F, F, V, F.
- C) F, V, V, F.
- D) V, F, F, F.

32. Indeferido o recurso especial, caberá agravo:

- A) contra a decisão denegatória, a ser interposto diretamente no Superior Tribunal de Justiça, no prazo de 10 dias a contar da publicação dessa decisão.
- B) regimental a ser interposto no próprio tribunal que negou seguimento ao recurso especial, no prazo de 5 dias a contar da publicação dessa decisão.
- C) contra a decisão denegatória, a ser interposto perante o próprio tribunal que negou seguimento ao recurso especial, no prazo de 10 dias a contar da publicação dessa decisão.
- D) regimental a ser interposto diretamente no Superior Tribunal de Justiça, no prazo de 10 dias a contar da publicação da decisão de indeferimento.

33. Assinale a alternativa incorreta.

- A) Onde não houver Vara do Trabalho, funcionam os juízes de direito estaduais.
- B) O Supremo Tribunal Federal não poderá julgar questões trabalhistas em grau de recurso, mesmo que de ordem constitucional.
- C) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- D) Excluem-se da competência da Justiça do Trabalho as questões referentes a trabalhadores autônomos, previdência social e acidentes do trabalho.

34. Sobre os sujeitos do contrato individual de trabalho, pode-se afirmar que:
- A) ao empregado menor é vedado: o trabalho noturno; o trabalho em ambiente insalubre ou que prejudique a moral; o trabalho em ruas, praças, logradouros públicos, salvo com autorização judicial; o trabalho que exija o emprego de força muscular superior a 20 quilos, se contínuo, ou 25 quilos, se ocasional.
 - B) a Constituição Federal equiparou o trabalho da mulher e do homem, assim, qualquer restrição e exigência decorrente de proteção especial, pode caracterizar descumprimento do princípio da isonomia.
 - C) considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
 - D) o trabalho intelectual exige um elevado grau de formação educacional e de cultura geral, ou mesmo de alta especialização técnica ou científica, o que o torna diferente das demais formas de trabalho quanto ao enquadramento pela lei.
35. Com relação a suspensão e interrupção do contrato de trabalho, pode-se afirmar que:
- A) sendo o contrato de trabalho por tempo determinado, ao retornar ao trabalho, o tempo de afastamento será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação, se as partes assim tiverem ajustado.
 - B) na suspensão disciplinar, embora se trate de punição, o empregado não trabalhará mas receberá o salário dos dias correspondentes.
 - C) a paralisação dos trabalhos, seja na suspensão seja na interrupção, é temporária, porque, se fosse definitiva, a hipótese seria de extinção contratual.
 - D) a causa determinante da suspensão decorre sempre do próprio contrato de trabalho.
36. Considere as afirmações abaixo:
- I. A teoria do tempo efetivamente trabalhado, que considera como tempo computável para a remuneração a soma de lapsos de tempo produtivos, excetuando-se as horas paradas, é a concepção aceita pela doutrina e jurisprudência.
 - II. A fixação da duração da jornada de trabalho é importante, pois está relacionada ao desgaste físico do trabalhador e a sua saúde.
 - III. O Banco de Horas é uma das modalidades de extensão e compensação de horas sem a incidência de adicional de horas extras.
 - IV. A natureza jurídica do repouso semanal remunerado é indenizatória.
- Estão corretas SOMENTE as afirmações:
- A) II, III e IV.
 - B) II e III.
 - C) I e IV.
 - D) I e III.
37. Com relação aos contratos por prazo determinado, é lícito:
- A) firmar contratos sucessivos, independentemente de qualquer restrição.
 - B) flexibilizar a proibição do Art. 443, §2º, da CLT, através de acordos particulares.
 - C) flexibilizar a proibição do Art. 443, §2º, da CLT, através de acordos coletivos assistidos pelo sindicato.
 - D) contratar empregados por contrato de experiência por 90 dias e prorrogar o prazo por uma única vez.
38. Convenção coletiva de trabalho é:
- A) acordo de caráter normativo, celebrado entre o sindicato dos empregados e uma ou mais empresas.
 - B) ato de caráter normativo, editado pela Delegacia Regional do Trabalho.
 - C) decisão de caráter normativo, proferida pela Justiça do Trabalho.
 - D) acordo de caráter normativo, celebrado entre o sindicato dos empregados e o sindicato patronal.
39. Acerca dos tipos de competência da Justiça do Trabalho é incorreto afirmar que:
- A) questões relativas à relação de trabalho só podem ser apreciadas pela Justiça do Trabalho.
 - B) pela competência em relação às pessoas, somente as relações entre empregados e empregadores, excluídos todos os servidores públicos, podem ser apreciadas pela Justiça do Trabalho.
 - C) o ajuizamento de ações de dissídio individual dá-se no local onde o trabalhador presta serviço ao empregador, desde que exista uma Vara do Trabalho ou Juízo de Direito, ainda que a sede do empregador seja em outra localidade, ou mesmo no estrangeiro.
 - D) um juiz reconhecido pelo Estado possui a jurisdição, mesmo que, temporariamente, não tenha recebido a sua competência.

40. Em relação aos benefícios da Previdência Social no direito pátrio, é correto afirmar que:
- A) a gratificação natalina é devida aos aposentados, mas não aos pensionistas.
 - B) o seguro-desemprego é devido quando o empregado é dispensado por justa causa e no pedido de demissão.
 - C) o salário-família é devido aos aposentados por invalidez.
 - D) para gozar da aposentadoria especial não é necessária carência.
41. Assinale a alternativa incorreta.
- A) As fontes materiais do direito tributário são os atos e situações que dão origem à obrigação tributária.
 - B) O conceito de vigência não se confunde com o conceito de aplicabilidade.
 - C) Enquanto as fontes formais principais são as leis, em sentido amplo, nas suas várias formas legislativas, as fontes formais secundárias são a doutrina e a jurisprudência.
 - D) De acordo com o princípio da irretroatividade, as leis não se aplicam a fatos do passado, mas apenas aos fatos presentes e futuros.
42. O tributo:
- A) caracteriza-se pela compulsoriedade, entretanto tem caráter punitivo.
 - B) excepcionalmente é qualificado pelo fato que lhe dá origem.
 - C) qualifica-se pela sua destinação ou pelos nomes eventualmente adotados pela lei.
 - D) caracteriza-se pela compulsoriedade, pelo pagamento em dinheiro ou valor equivalente, pelo seu caráter não punitivo, pela previsão legal e por sua cobrança vinculada, sem margem de discricionariedade.
43. O tributo relacionado com a prestação de algum serviço público para um beneficiário identificado ou identificável é:
- A) o imposto.
 - B) a taxa.
 - C) o empréstimo compulsório.
 - D) a contribuição de melhoria.
44. Por força do princípio da autonomia municipal, a pessoa política município:
- A) pode sofrer interferência do governo federal e estadual, para o exercício da competência tributária.
 - B) é livre para criar e arrecadar os tributos de sua competência.
 - C) pode ser obrigado, por tratado internacional a abrir mão de parte de seus tributos.
 - D) pode ter usurpadas, pelo Congresso Nacional, faculdades tributárias que, pela Constituição, foram-lhe consignadas.
45. No que concerne à repartição das receitas tributárias, é incorreto afirmar que:
- A) os Estados e o Distrito Federal recebem 30% do produto da arrecadação dos impostos que a União vier a instituir, com base em sua competência residual.
 - B) a União fica com o produto da arrecadação de seus tributos, o mesmo acontecendo com os estados, os municípios e o Distrito Federal.
 - C) nos territórios federais, a União fica com o produto da arrecadação dos impostos estaduais.
 - D) os municípios recebem 50% do produto da arrecadação do imposto territorial rural (ITR) e a totalidade deste produto, caso optem por fiscalizá-lo e cobrá-lo, na forma da lei.
46. Com a redação dada pela EC nº 45/2005, as ilhas oceânicas e as costeiras:
- A) não são bens da União, mas sim, bens dos municípios, sempre que contiverem suas sedes.
 - B) são bens da União.
 - C) não são bens da União, quando contêm a sede de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no Art. 26, II da Constituição Federal.
 - D) são bens dos municípios, pois estão em seus domínios.
47. Os contratos de gestão e a possibilidade de demissão e servidores estáveis por insuficiência de desempenho são novidades introduzidas pela Reforma Administrativa relacionadas ao princípio:
- A) da publicidade.
 - B) da eficiência.
 - C) da moralidade.
 - D) da impessoalidade.

48. Em face da EC nº 19/1998, e no que concerne aos servidores públicos civis, pode-se afirmar que:
- A) foi extinta a garantia de estabilidade.
 - B) foi extinta a obrigatoriedade do regime estatutário, com ressalvas.
 - C) foi extinto o regime jurídico único, com ressalvas.
 - D) foi extinta a garantia da irredutibilidade de vencimentos.
49. Quanto aos direitos fundamentais provenientes de tratados internacionais é correto afirmar que:
- A) quando aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos por 3/5 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.
 - B) quando aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos por 3/5 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.
 - C) em razão da soberania nacional, não integram o ordenamento jurídico pátrio.
 - D) quando aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos por 3/5 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
50. O regime de previdência dos servidores públicos disciplinado pela EC nº 20/1998:
- A) é de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - B) é de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - C) é de caráter exclusivamente contributivo, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - D) compreende os servidores celetistas e os ocupantes de cargos em comissão.